



Eurobarómetro Standard 78

**OPINIÃO PÚBLICA NA UNIÃO EUROPEIA
Outono 2012**

RELATÓRIO NACIONAL

PORTUGAL

Esta sondagem foi encomendada e coordenada pela Comissão Europeia, Direcção-Geral da Comunicação

Este relatório foi produzido para a Representação da Comissão Europeia em Portugal.

Este documento não reflecte as opiniões da Comissão Europeia.
As interpretações ou opiniões expressas neste relatório são apenas dos seus autores.

Eurobarómetro Standard 78 / Outono 2012 – TNS Opinion & Social

Índice

1. Introdução.....	2
2. Os Portugueses perante os Direitos de Cidadania na UE	3
3. Os Benefícios da Cidadania Europeia: A opinião dos portugueses em perspetiva comparada	7
4. Os <i>media</i> como fonte de informação sobre a UE.....	10
5. Conclusão	12

Este Relatório Nacional do Eurobarómetro 78 foi elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal por uma equipa composta por Marina Costa Lobo (Instituto de Ciências Sociais – U. Lisboa), Carlos Jalali (U. Aveiro), José Santana Pereira (Instituto de Ciências Sociais – U. Lisboa) e Patrícia Silva (U. Aveiro). O texto do relatório foi elaborado de acordo com as normas do novo acordo ortográfico.

1. Introdução

O Eurobarómetro 78 foi realizado no outono de 2012, com o propósito de prosseguir a análise semestral das atitudes da opinião pública europeia sobre vários temas dos domínios económico, político e social. Visto que o ano de 2013 será dedicado pelas instituições europeias à cidadania europeia, o Relatório do Eurobarómetro 78 é maioritariamente centrado neste tema. Este relatório nacional examina os dados relativos a Portugal em perspetiva comparada com os demais países da União Europeia, focando duas dimensões centrais de análise: a perceção dos cidadãos sobre os direitos de cidadania europeia e os benefícios que advêm de tal cidadania. Além disso, este Eurobarómetro inclui um capítulo de análise comparativa da exposição dos portugueses aos *media* para obter informação sobre a UE. Sempre que adequado, a opinião pública nacional sobre estes três temas é aprofundada através de uma análise desagregada dos perfis sócio-demográficos dos inquiridos.

Em Portugal, o trabalho de campo deste Eurobarómetro foi realizado entre os dias 3 e 18 de novembro de 2012. Este período foi marcado pela discussão da proposta de Orçamento de Estado para 2013 (OE-2013), que fora votado na generalidade no dia 31 de Outubro. Com este Orçamento, e por forma a conseguir cumprir as metas do défice acordados no “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica”, foi aprovado um enorme aumento da carga fiscal. Mais concretamente, houve um aumento da progressividade dos escalões de IRS, uma simplificação do número de escalões; um aumento de impostos no tabaco, e a diminuição das deduções fiscais sobre despesas como educação e saúde. Pela primeira vez desde o início do programa da *troika*, o orçamento foi chumbado por todos os partidos da oposição (PS, PCP, Partido Ecologista “Os Verdes” e Bloco de Esquerda), o que é demonstrativo da polarização crescente gerada pelo evoluir da situação política e económica em Portugal.

Além do prolongamento da austeridade em 2013, o tema dominante da agenda mediática neste período foi o anúncio de um corte de quatro mil milhões de euros nos gastos do Estado, a efetuar nos meses seguintes. Este anúncio foi feito pelo governo num debate sobre a Refundação do Estado¹. A discussão sobre os efeitos recessivos do orçamento aliados à perspetiva de um corte muito substancial nos gastos do Estado dominou o espaço público.

O período do trabalho de campo do inquérito ficou também marcado pela visita de um dia (12 de Novembro) de Angela Merkel a Portugal. A Chanceler alemã passou por Lisboa, onde foi recebida pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, e pelo Primeiro Ministro, Pedro Passos Coelho. Embora a visita tenha sido realizada num clima de alguma tensão, não se realizaram grandes manifestações de protesto para além de um ajuntamento de algumas centenas de portugueses às portas da Assembleia da República.² Esta conjuntura ajuda assim a contextualizar o panorama da opinião pública nacional que examinamos em seguida.

¹ “Passos : Cortes de 4 mil milhões de Euros serão conhecidos até Fevereiro”, in Dinheiro Vivo, 7 de Novembro de 2012.

<http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/CIECO068300.html>

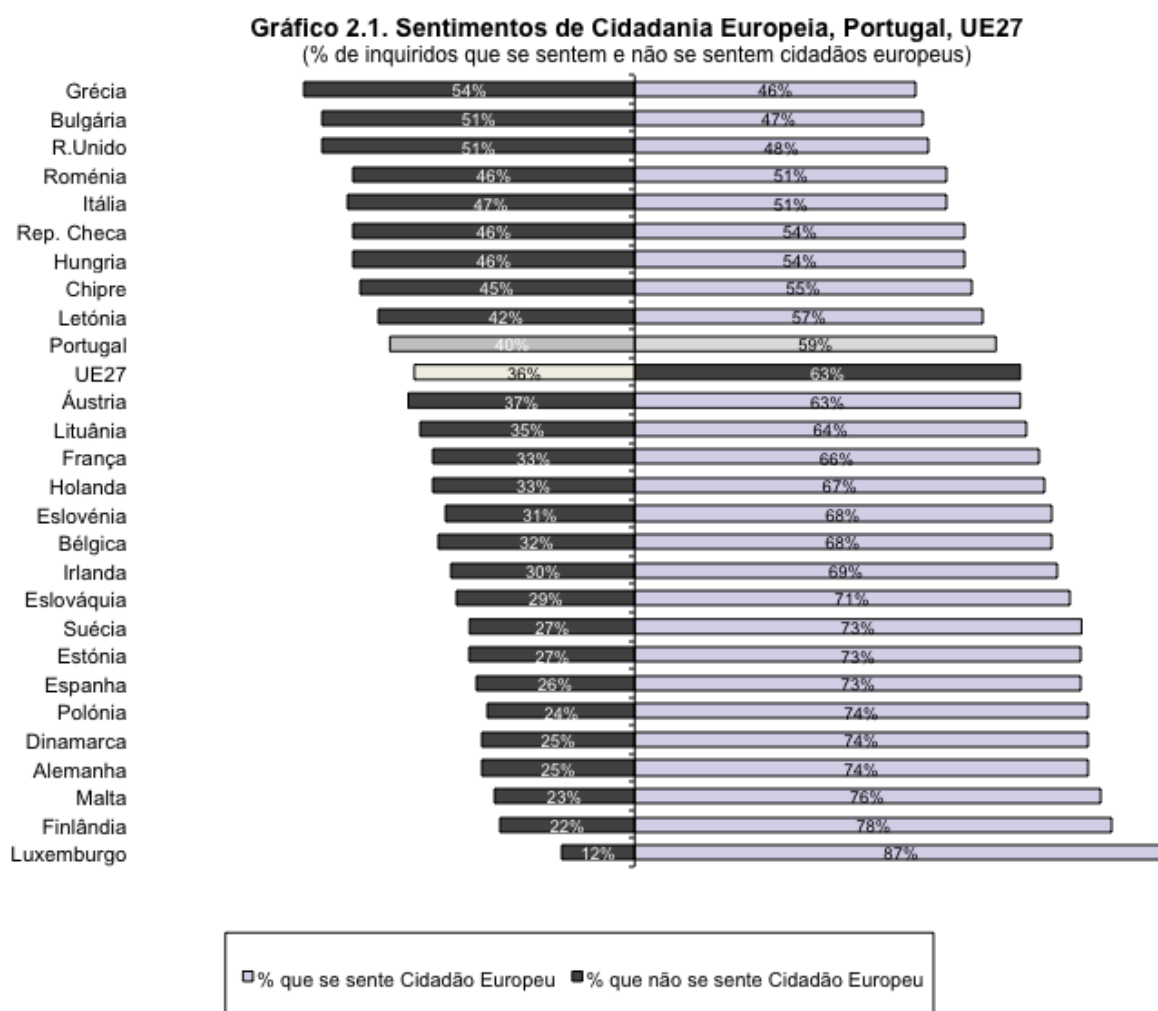
² “Manifestantes protestam em Lisboa contra visita de Merkel”, in Exame, 12 de Novembro de 2012.

<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/manifestantes-protestam-em-lisboa-contra-visita-de-merkel>

2. Os Portugueses perante os Direitos de Cidadania na UE

Esta secção examina, em perspetiva comparada, a forma como os portugueses entendem a cidadania europeia. Começa-se pela apresentação de dados sobre o sentimento de cidadania europeia, em perspetiva comparada e de forma desagregada, com base na pertença dos inquiridos a diferentes grupos sócio-demográficos. De seguida, explora-se o conhecimento dos cidadãos sobre os direitos de cidadania na UE. Analisam-se ainda dados sobre o tipo de direitos de cidadania que os portugueses mais gostariam de conhecer melhor. Por último, descreve-se o grau de recetividade dos portugueses ao uso da “Iniciativa Cidadã Europeia”, um direito de cidadania que permite aos Europeus apresentar uma petição ao Parlamento Europeu.

O Gráfico 2.1 apresenta informação relativa ao sentimento de cidadania europeia nos países da UE. Em **Portugal, 59 por cento dos inquiridos sentem que são cidadãos Europeus** – uma proporção ligeiramente inferior à média da UE (63 por cento).

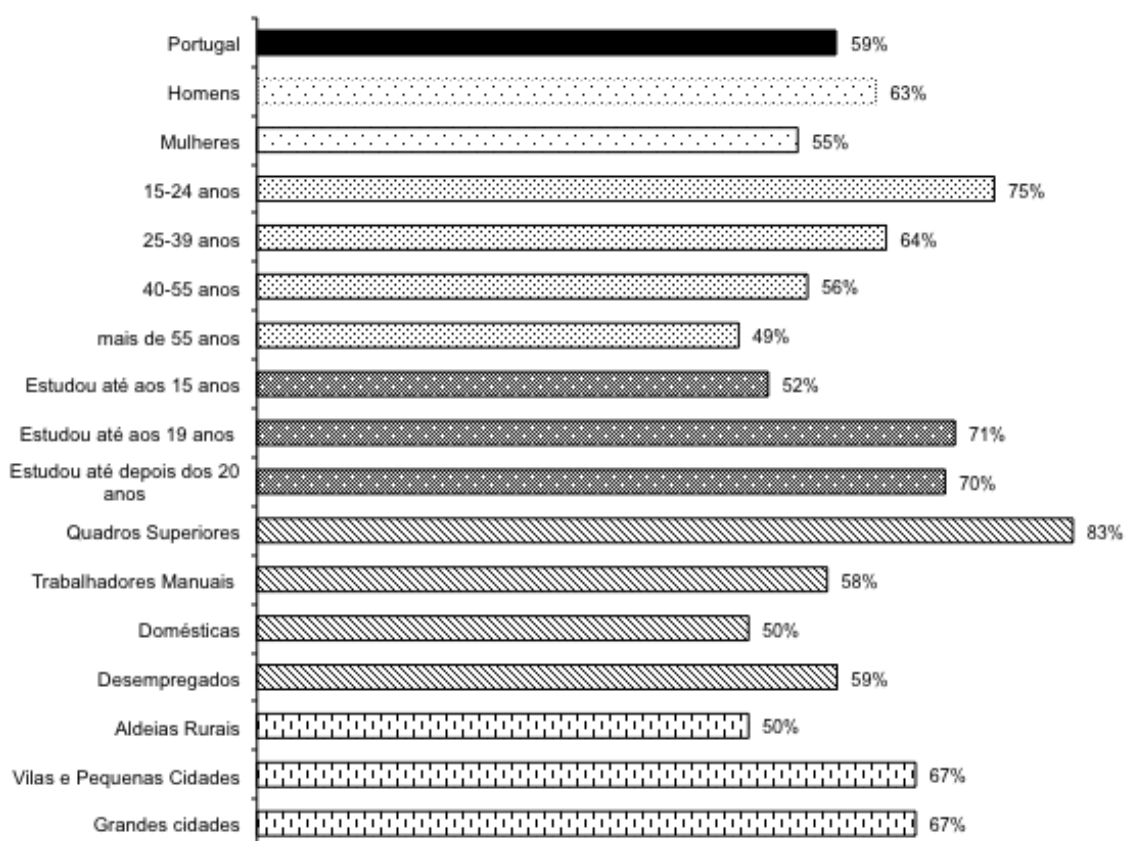


É interessante verificar que os outros países da Europa do Sul divergem bastante neste indicador de sentimento de cidadania europeia. A Grécia apresenta os valores mais baixos (46 por cento), enquanto que a Itália está abaixo de Portugal (51 por cento) e a Espanha é um dos países em que uma maior proporção de inquiridos expressa este sentimento (73 por

cento). A maior parte dos países que se situam abaixo da média europeia são, com a exceção do Reino Unido, membros recentes da UE.

Visto que o sentimento de cidadania europeia é um indicador chave deste Eurobarómetro, optámos por analisá-lo mais em detalhe, fazendo uma desagregação por grupos socio-demográficos. O Gráfico 2.2 mostra que, **em Portugal, são sobretudo os quadros superiores (83 por cento), os jovens (73 por cento) e os indivíduos que completaram um maior número de anos de escolaridade (71 por cento) que mais se sentem cidadãos europeus**. Por outro lado, os mais idosos (49 por cento), os residentes em aldeias rurais e as domésticas (ambos com 50 por cento) são aqueles que menos se sentem cidadãos europeus.

Gráfico 2.2.- Sentimentos de Cidadania Europeia
(% de inquiridos que se sentem Cidadãos Europeus por grupos socio-demográficos em Portugal)

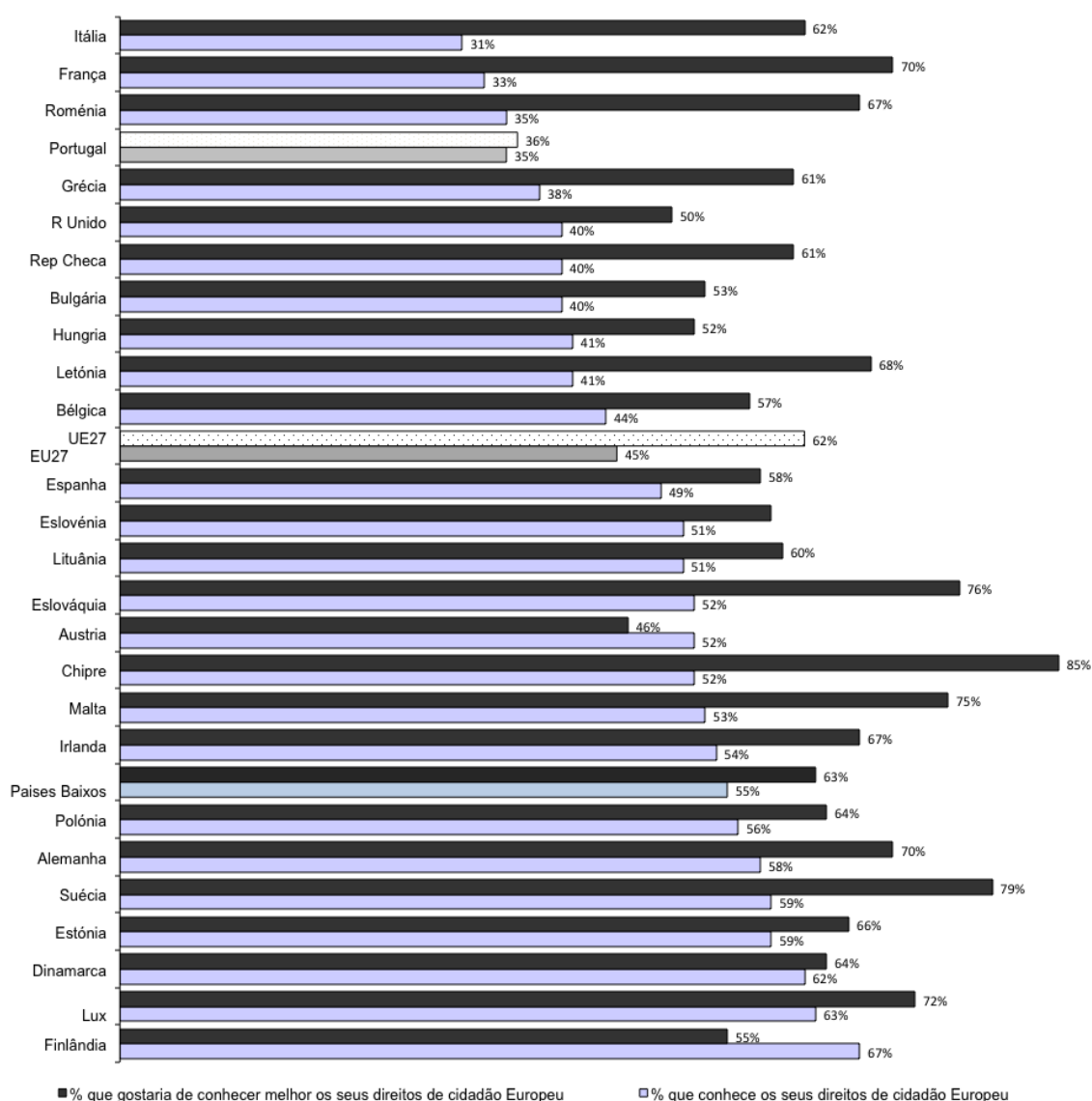


Assim sendo, o sentimento de cidadania europeia parece estar associado a indivíduos mais jovens e com mais recursos (educacionais ou profissionais). No entanto, mesmo nos grupos em que há maiores reticências relativamente à cidadania europeia, a proporção de inquiridos que expressa este sentimento é próxima, igual ou superior a 50 por cento. **Portugal é, por isso, uma sociedade em que o sentimento de cidadania europeia parece ser relativamente transversal aos grupos socio-demográficos.**

A análise apresentada em seguida tenta explorar este sentimento de cidadania europeia de uma forma mais aprofundada. Por exemplo, será que tal sentimento implica conhecimento sobre os direitos de cidadania? Para tentar responder a esta pergunta, analisam-se dados relativos às opiniões dos inquiridos sobre o seu conhecimento dos direitos de

cidadania. No Gráfico 2.3 apresentam-se dois indicadores, a saber: a percentagem dos inquiridos que afirmam conhecer os seus direitos de cidadania e a proporção dos cidadãos que gostariam de saber mais sobre estes direitos. Em geral, os portugueses acham que conhecem muito mal os seus direitos: **apenas 35 por cento dos inquiridos em Portugal afirmam conhecer os seus direitos enquanto cidadãos da UE. Só a Roménia, a França e a Itália apresentam valores mais baixos para este indicador. No conjunto dos países da UE, 45 por cento dos entrevistados consideram que conhecem os seus direitos de cidadania.** O que distingue realmente os portugueses neste domínio é que para além de acharem que não conhecem os seus direitos de cidadania europeia, não pensam que vale a pena saber mais: de facto, apenas 36 por cento da amostra portuguesa gostaria de conhecer melhor os seus direitos de cidadania, sendo este o valor mais baixo da UE27. Este valor contrasta fortemente com o verificado em países onde a auto-avaliação do conhecimento também é baixa (Roménia, França e Itália) mas cujos cidadãos afirmam maioritariamente que gostariam de conhecer melhor os seus direitos (67, 70 e 62 por cento, respetivamente).

Gráfico 2.3. Cidadãos que conhecem os seus direitos de Cidadania e que gostariam de conhecê-los melhor (UE27, %)

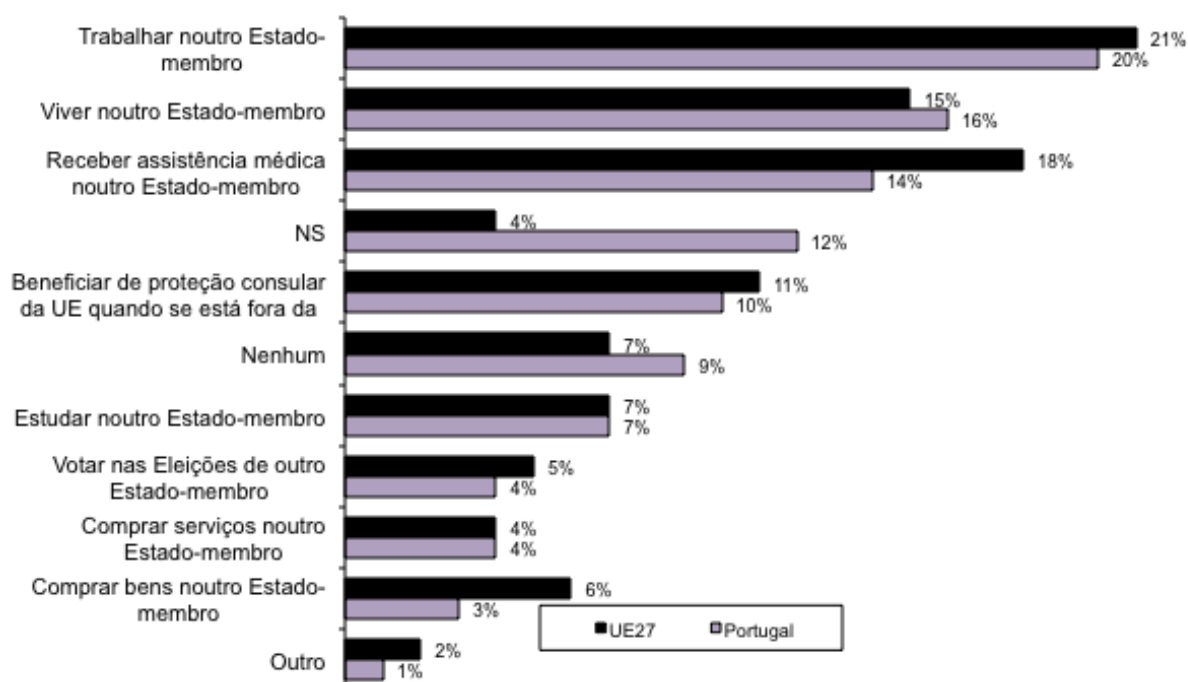


Á semelhança da generalidade dos europeus, quando inquiridos sobre os direitos relativamente aos quais gostariam de obter mais informação, os portugueses

referem com maior frequência a possibilidade de trabalhar (20 por cento em Portugal, 21 por cento na UE27) ou viver noutro país da UE (16 por cento em Portugal, 15 por cento na UE27) (Gráfico 2.4). Em terceiro lugar, os portugueses gostariam de obter mais informação sobre a possibilidade de receber assistência médica noutro país da UE (14 por cento em Portugal, 18 por cento na UE27). Em suma, tanto para os portugueses como para a generalidade dos europeus, os direitos de cidadania sobre os quais se gostaria de obter mais informação são direitos relativos à mobilidade das pessoas dentro do espaço europeu, para viver, trabalhar ou usufruir de cuidados de saúde num outro Estado-membro. .

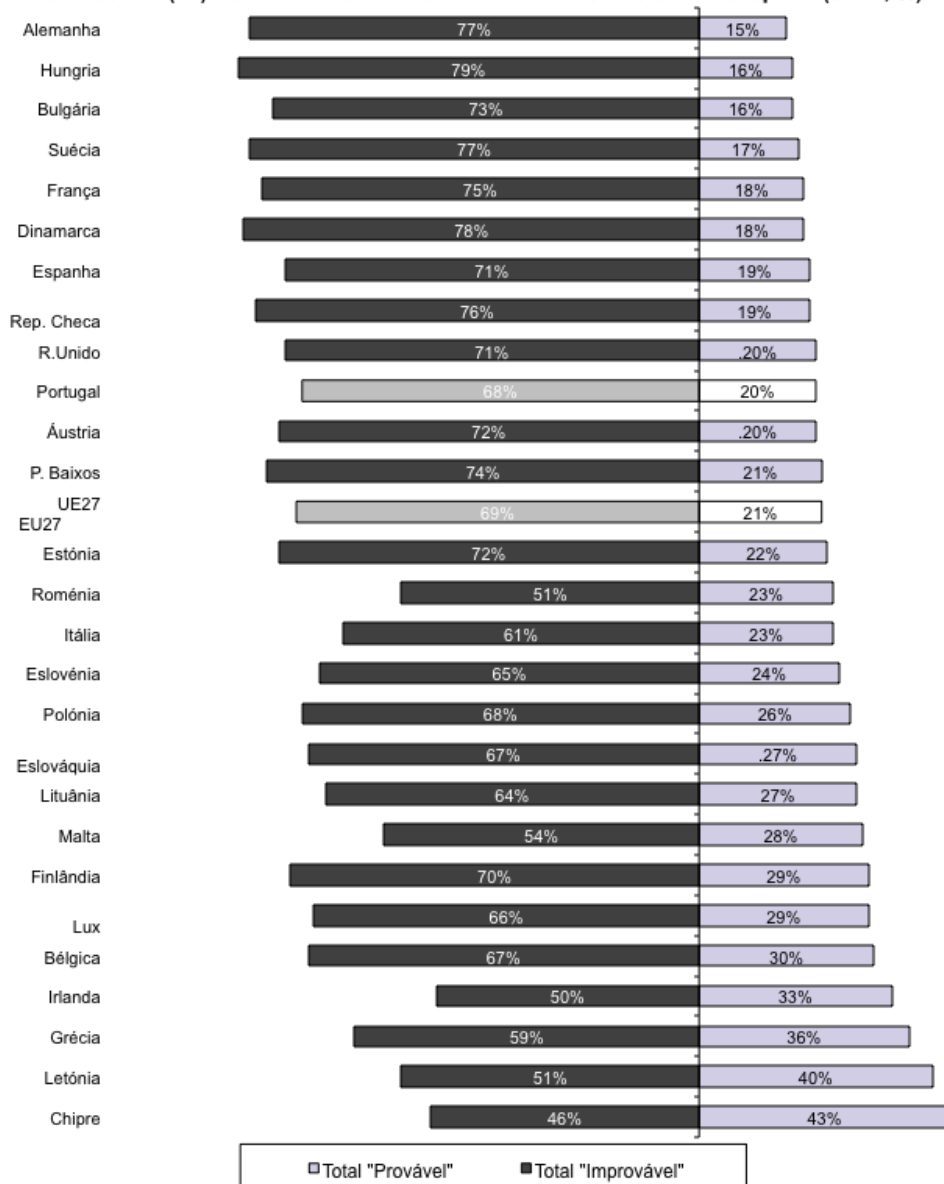
De notar, no entanto, que **21 por cento dos inquiridos portugueses não respondem à pergunta ou não gostariam de saber mais sobre qualquer direito de cidadania europeia**. Estas percentagens são quase o dobro dos valores que se verificam na UE como um todo.

Gráfico 2.4. "Sobre que Direitos de Cidadania é que gostaria de saber mais?"
(% em Portugal e na média da UE27)



Terminamos esta secção com a análise da opinião dos cidadãos europeus sobre a probabilidade de virem a usar a “Iniciativa Cidadã Europeia”. Tal como se verifica em toda a Europa (69 por cento), a maioria dos cidadãos portugueses (68 por cento) considera pouco provável fazer uso desta iniciativa que permite aos cidadãos solicitar à Comissão Europeia que proponha legislação (Gráfico 2.5). Assim sendo, não se denota grande proatividade por parte dos portugueses, mas esta característica é partilhada com os demais cidadãos europeus.

Gráfico 2.5. (Im)Probabilidade de fazer uso da "Iniciativa Cidadã Europeia" (UE27, %)



3. Os Benefícios da Cidadania Europeia: A opinião dos portugueses em perspetiva comparada

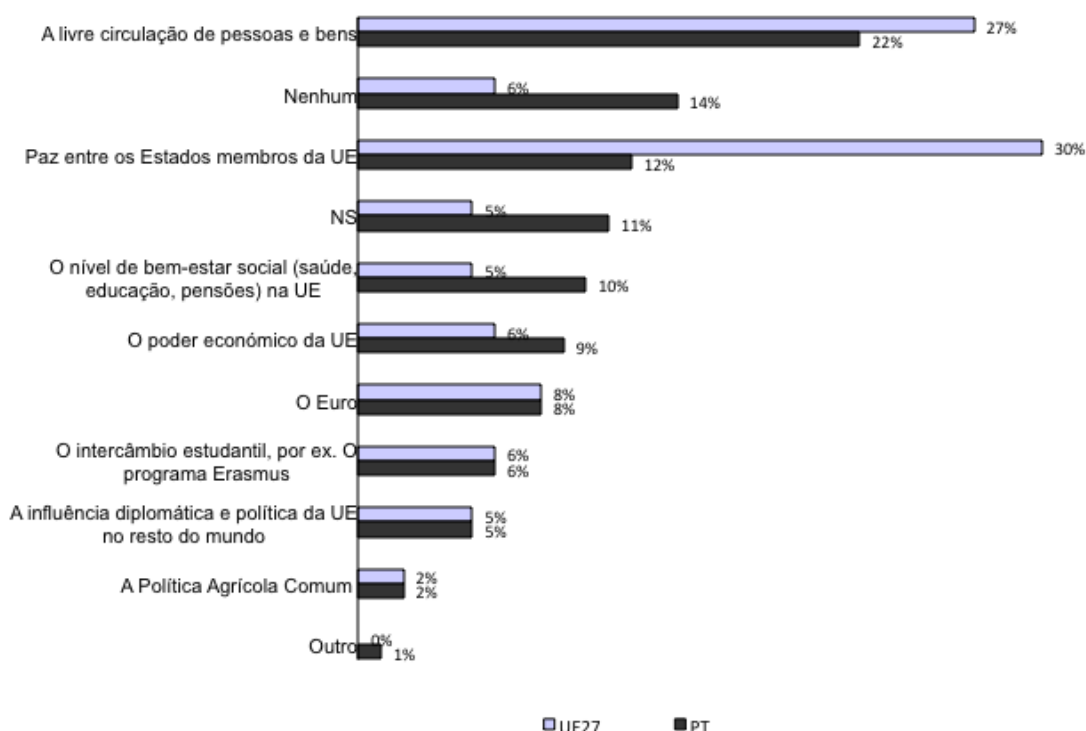
Esta secção analisa a forma como os portugueses perspetivam os benefícios associados à cidadania europeia. Apresentam-se dados sobre os aspetos que os portugueses consideram mais positivos sobre a UE, bem como sobre a possibilidade que os cidadãos nacionais tiveram de usufruir destes benefícios no passado recente. Esta secção analisa então, de maneira mais aprofundada, a forma como os portugueses vivem a cidadania europeia.

O Gráfico 3.1 mostra que, **para os portugueses, a livre circulação de pessoas e bens é o resultado mais positivo da UE (taxa de referência de 22 por cento). Nas questões substantivas, seguem-se a paz entre os Estado-membros da Europa (12 por cento) e em terceiro lugar o nível de bem-estar na UE.** De notar que estas percentagens são bastante diferentes das observadas no conjunto dos países da UE, onde a paz entre os

Estados-membros da UE continua a ser vista como o principal benefício da integração europeia (taxa de referência de 30 por cento).

De salientar ainda a percentagem de cidadãos nacionais que não identificam nenhum resultado positivo da UE (14 por cento) ou que afirmam não saber qual é o resultado mais positivo da UE (11 por cento). Mais uma vez, a dimensão destas percentagens contrasta com os valores correspondentes no conjunto dos Estados-membros da UE, que são significativamente mais baixos. Tal como nos dados apresentados no Gráfico 2.4, há um elevado contingente de não respostas para algumas destas questões em torno do tema da cidadania europeia.

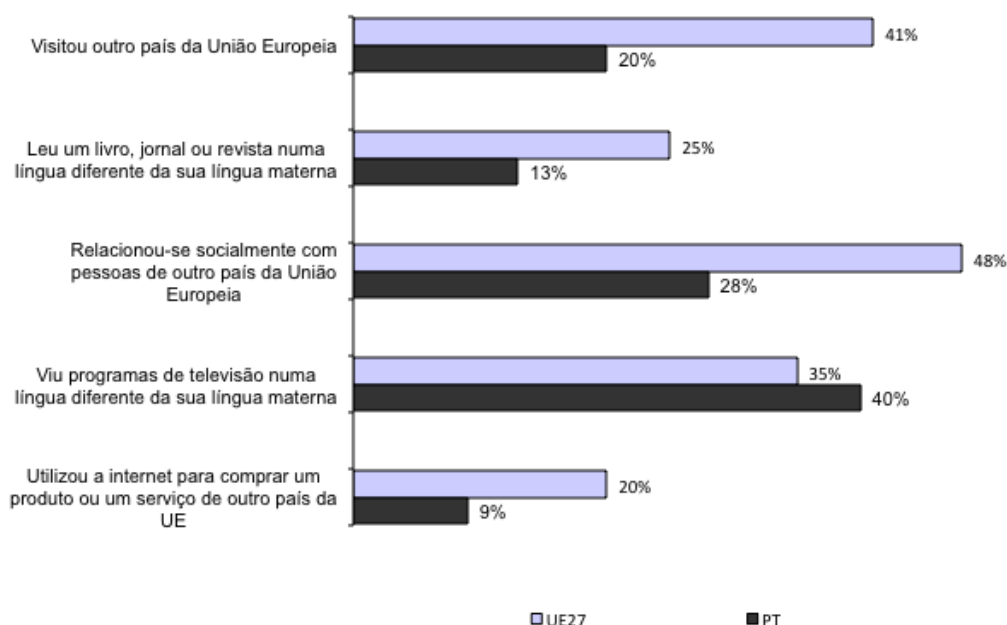
Gráfico 3.1. "Qual dos seguintes aspetos pensa ser o resultado mais positivo da UE?" (Portugal e média UE27)



Em seguida, retrata-se a forma como os portugueses usufruíram de alguns dos direitos de cidadania europeia. No Gráfico 3.2, analisa-se a frequência de interação com outras realidades europeias durante o último ano, verificando-se que os **portugueses estão consideravelmente menos expostos à realidade de outros países da UE do que os seus congéneres europeus. Entre os entrevistados em Portugal, apenas 20 por cento afirmam ter visitado outro país da UE (contra 41 por cento na UE27), 13 por cento leram um livro, revista ou jornal noutra língua (contra 25 por cento na UE27), 28 por cento relacionaram-se com uma pessoa de outro país da UE (contra 48 por cento na UE27), e apenas 9 por cento utilizaram a internet para comprar um produto ou serviço oferecido por outro país da UE (contra 20 por cento na UE27).** Existe uma única exceção neste quadro: o visionamento de programas de televisão numa língua diferente da língua materna. Neste domínio, os portugueses posicionam-se acima da média europeia (40 contra 35 por cento, respetivamente). Em suma, estes dados refletem diferenças substanciais entre os portugueses

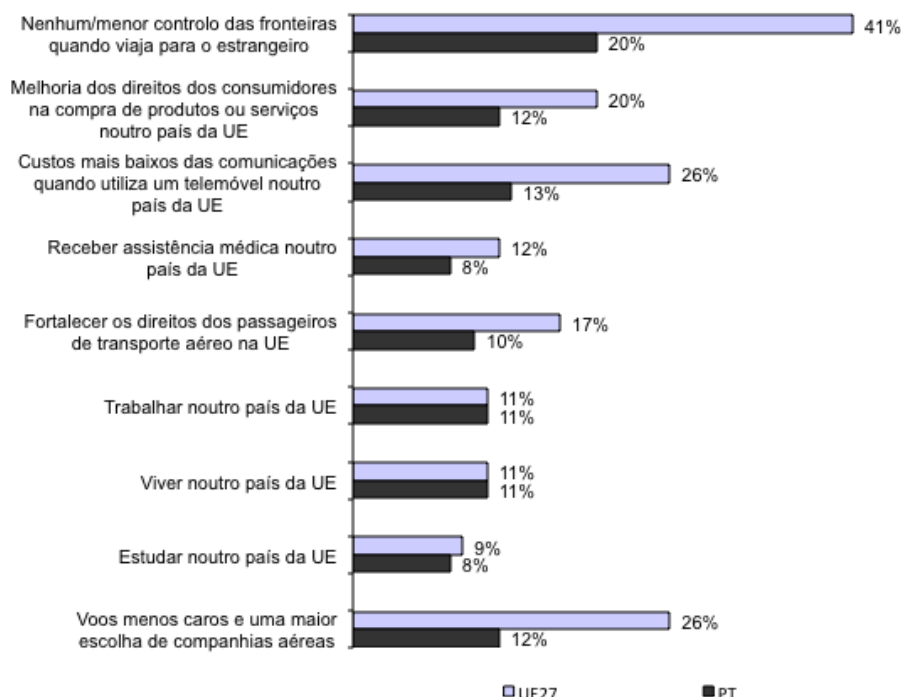
e a generalidade dos europeus, encontrando-se os primeiros mais afastados da experiência de cidadania europeia do que a globalidade dos residentes na UE.

Gráfico 3.2. Frequência de interação com outras realidades europeias nos últimos doze meses (Portugal e média UE27)



O Gráfico 3.3 vem completar este panorama, ao permitir constatar que a percentagem de cidadãos portugueses que beneficiou de algumas medidas resultantes da cidadania europeia é relativamente baixo. Por exemplo, apenas 20 por cento beneficiaram da ausência de fronteiras dentro da UE, menos de metade da média da UE (41 por cento); 13 por cento usufruíram dos tarifários mais baixos para o uso de telemóvel noutro país da UE, metade da média da UE (26 por cento); e apenas 12 por cento afirmam ter beneficiado da melhoria dos direitos dos consumidores noutro país da UE e dos voos mais baratos dentro da UE (contra 20 e 26 por cento na UE27, respetivamente). **Mais uma vez, verificamos uma tendência para que o sentimento de cidadania europeia que existem em Portugal não se traduza no usufruto de direitos associados a essa cidadania.**

Gráfico 3.3. Benefício de medidas da União Europeia
(% de inquiridos que afirmaram ter beneficiado de cada medida)



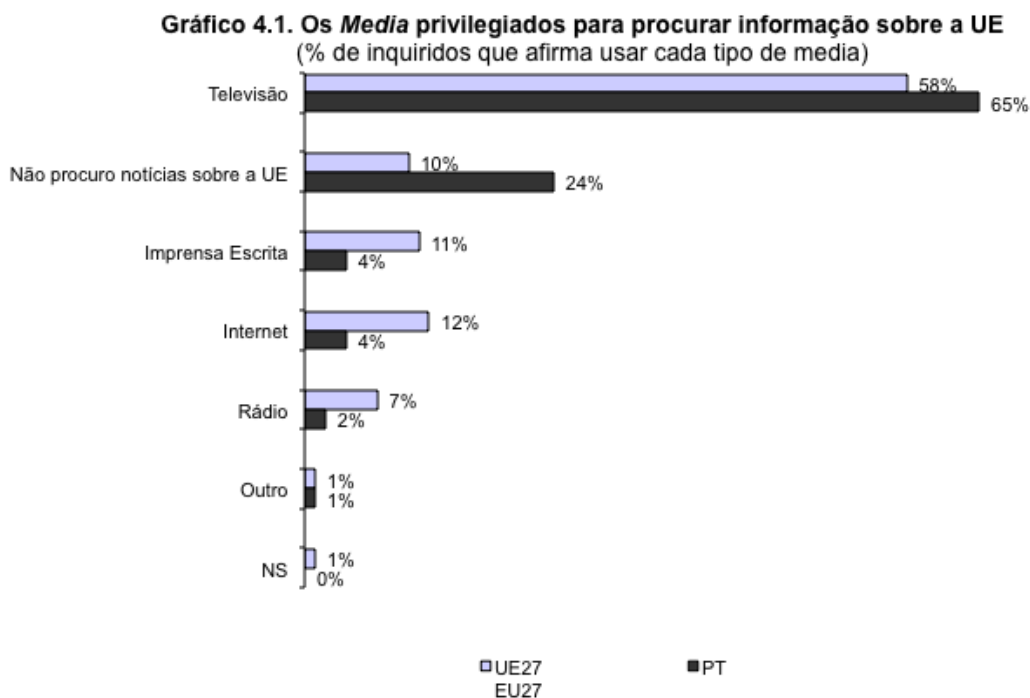
4. Os *media* como fonte de informação sobre a UE

Esta secção aborda a forma como os portugueses utilizam os *media* para procurar informação sobre assuntos europeus. Em primeiro lugar, apresentam-se dados sobre o tipo de meio de comunicação social que os portugueses preferem consultar para obter informação sobre a UE. Esta análise é aprofundada através da desagregação destes dados com base na pertença a grupos sócio-demográficos.

Antes de mais, importa fazer uma breve contextualização dos dados a apresentar, com base nos padrões gerais de recurso aos *media* para obter informação sobre assuntos políticos nacionais. A utilização dos *media* por parte dos portugueses diverge da média Europeia pela pouca utilização que é feita de todos os meios para além da televisão. No outono de 2012, 76 por cento dos inquiridos em Portugal afirmavam obter a maior parte da informação sobre assuntos políticos através da televisão, enquanto apenas 2 por cento diziam ler jornais com o mesmo propósito. Já as médias correspondentes para o conjunto dos países da UE são, respetivamente, 62 e 12 por cento. Da mesma forma, os portugueses utilizam bastante menos a internet como fonte de notícias políticas (quatro por cento) do que na média da UE (13 por cento).

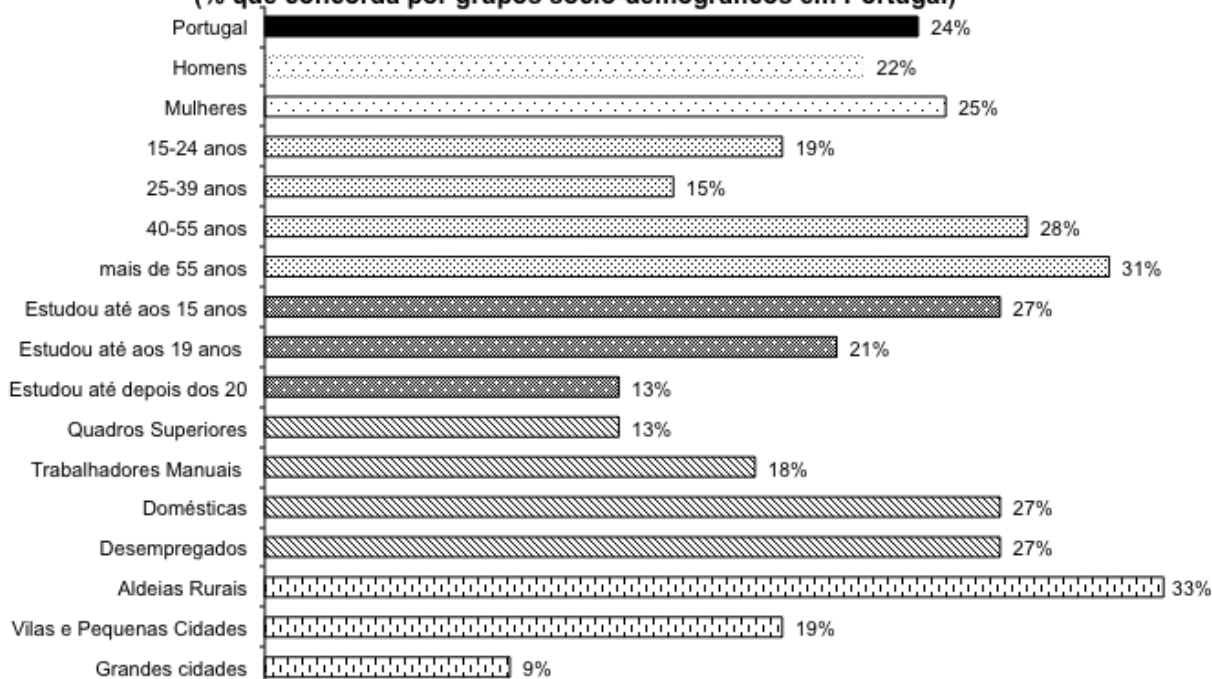
No Gráfico 4.1 verifica-se que a televisão também é o meio de comunicação mais utilizado para procurar informação sobre a UE. **De facto, 65 por cento dos inquiridos procuram informação sobre a UE na TV (média europeia: 58 por cento), quatro por cento na imprensa escrita (média europeia: 11 por cento) e na internet (média europeia: 12 por cento), e dois por cento na rádio (média europeia: sete por cento).** Se é verdade que a televisão é o meio de informação por excelência, não deixa de ser muito mais abrangente e

dominante em Portugal do que na média dos outros países europeus. Finalmente, é importante sublinhar que 24 por cento dos inquiridos nacionais afirmam não procurar informação sobre a UE. Tendo em conta a difícil situação financeira em que Portugal se encontra, e a importância que a relação com a União Europeia tem nesse contexto, julgamos que este dado é bastante significativo.



No sentido de compreender melhor a não utilização dos media para receber informação sobre a UE, os dados recolhidos pelo Eurobarómetro 78 são analisados mais detalhadamente, através da sua desagregação por grupos sócio-demográficos. O Gráfico 4.2 **permite concluir que são os mais idosos (31 por cento) e os habitantes de aldeias rurais (33 por cento), bem como os menos escolarizados, as domésticas e os reformados (todos com 27 por cento) quem mais afirma não procurar informação sobre a UE.**

Gráfico 4.2. "Não procuro notícias sobre assuntos políticos europeus"
 (% que concorda por grupos socio-demográficos em Portugal)



Assim sendo, no que diz respeito à forma como os portugueses procuram informar-se sobre a UE, **o padrão identificado para os assuntos políticos nacionais encontra eco aqui. Isto é: um enorme papel informativo da televisão, com contributos muito pequenos de outros meios de comunicação, nomeadamente os jornais e a internet. A par disso, verificamos também uma proporção elevada de cidadãos que nunca procura informação sobre a UE.**

5. Conclusão

A maioria dos portugueses expressou neste outono de 2012 um sentimento de cidadania europeia, tal como fez a maior parte dos cidadãos de outros Estados-membros. Embora haja diferenças entre grupos sociais, com os mais idosos, as domésticas e os habitantes de aldeias rurais sendo aqueles que menos se sentem cidadãos europeus, em praticamente todos os grupos analisados o sentimento de cidadania europeia é partilhado por 50 por cento ou mais dos inquiridos. Por isso, Portugal parece ser uma sociedade onde o sentimento de cidadania europeia é relativamente transversal.

Verificamos, no entanto, que este sentimento de cidadania não é acompanhado pelo conhecimento dos direitos associados à cidadania europeia, nem pela vontade de saber mais a respeito desses direitos. Para os portugueses, bem como para a generalidade dos europeus, os direitos de cidadania sobre os quais se gostaria de obter mais informação são relativos à mobilidade dentro do espaço europeu (para viver e/ou para trabalhar), bem como à possibilidade de recorrer aos sistemas de saúde de outros países europeus. No que diz respeito à Iniciativa Cidadã Europeia, verifica-se que em Portugal, como em toda a Europa, há um consenso generalizado por parte dos cidadãos no sentido da expressão de uma baixa probabilidade de utilização deste instrumento.

Em seguida, analisaram-se as perceções sobre os benefícios da cidadania europeia. Para os portugueses, a livre circulação de pessoas e bens é o resultado mais positivo da UE,

seguido da paz entre os Estado-membros da Europa e do nível de bem-estar na UE. Nesta questão dos benefícios, a amostra portuguesa caracteriza-se por percentagens significativas de inquiridos que não sabem responder a esta pergunta ou que afirmam que a cidadania europeia não traz benefícios.

O elevado número de não-respostas talvez esteja associado ao comparativamente baixo usufruto de alguns dos benefícios da cidadania europeia por parte dos portugueses. De facto, na secção 3 deste relatório fica patente que os portugueses estão consideravelmente menos expostos à realidade de outros países europeus do que os seus congéneres europeus, a avaliar pelas baixas percentagens de inquiridos que afirmam ter visitado outros países da UE, ter lido jornais destes países, ou mesmo socializado com outros nacionais da UE nos últimos doze meses.

Finalmente, no que diz respeito aos media, é de realçar que os portugueses utilizam sobretudo a televisão para se informar sobre assuntos relacionados com a UE, mas que há um contingente significativo de inquiridos que afirma não procurar este tipo de informação, nomeadamente os mais idosos, os habitantes de aldeias rurais, os menos escolarizados as domésticas e os reformados. Sendo certo que o sentimento de cidadania europeia está bastante difundido entre a sociedade portuguesa, não há uma tradução desta pertença afetiva em termos de procura de informação sobre a UE ou de conhecimento sobre os direitos de cidadania. Além disso, o sentimento de cidadania parece não derivar em larga medida de um usufruto dos benefícios da cidadania.